

PROCEDIMENTO CONCURSAL DE INGRESSO PARA 50 POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DO INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I. P. E 8 POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DA DIREÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE CONSERVADOR DE REGISTOS.

Aviso de abertura n.º 11830-A/2023, publicado no Diário da República n.º 119/2023, II Série, 1º Suplemento, de 21.06.2023.

ENUNCIADO PROVA DE CONHECIMENTOS
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Dia 28 de dezembro de 2023

PARTE I – 8 valores

1. Em 2000/02/02, António constituiu a favor de Bernardo, por contrato de compra e venda titulado por escritura pública, e pelo preço de 50 000 euros, usufruto vitalício sobre o seu prédio urbano X, que Bernardo passou de imediato a habitar. Acordou-se que o preço seria pago até 2001/02/02, nada mais se tendo convencionado a esse respeito. Em 2020/01/01 Bernardo trespassou a Carlos esse direito pelo prazo de 5 anos. António veio a falecer no dia 2022/05/05 e Bernardo, que nunca pagou os 50 000 euros a António, faleceu no dia 2023/12/01. Em que data se extinguiu ou se extingue o direito de Carlos? (1 valor)

a) 2023/12/01.

b) 2022/05/05.

c) 2025/01/01.

d) O direito de Carlos nunca se constituiu, porque Bernardo, ao não pagar o preço devido a António, também não adquiriu validamente o usufruto, logo não o podia trespassar.

2. Em que momento se considera adquirido o direito de propriedade usucapido? (0,5 valores)

a) Na data da justificação notarial do direito.

b) Na data da invocação da usucapião.

- c) No momento do pedido de registo de aquisição a favor do proprietário.
- d) No momento do início da posse.

3. Qual o número mínimo de sócios singulares numa sociedade comercial plural por quotas? (0,5 valores)

- a) Um sócio.
- b) Dois sócios.
- c) Salvo disposição especial em contrário, não há um número mínimo de sócios singulares.
- d) Salvo disposição legal em contrário, a sociedade deverá ser constituída por um número ímpar de sócios singulares superior a 3.

4. Carlos e Maria Luís, ambos solteiros, maiores, aguardam o nascimento do seu primeiro filho, que se espera ocorrer daqui a trinta dias, no término de uma gravidez de trezentos dias. Carlos vai trabalhar para a Alemanha dentro de uma semana, pelo que pretende perfilhar a criança antes do nascimento junto de uma Conservatória do Registo Civil. Poderá fazê-lo? (0,5 valores)

- a) Só poderá fazê-lo por escritura pública ou por testamento, porque o filho ainda não nasceu.
- b) Não.
- c) Sim, se a mãe prestar o seu consentimento.
- d) Sim, desde que identifique a mãe.

5. Miguel, solteiro, maior, beneficia de medida de acompanhamento que consiste em cometer ao acompanhante, António, a representação de Miguel nos atos de alienação de bens imóveis. António, na dita qualidade de acompanhante, pretende constituir usufruto sobre a fração autónoma de que Miguel é proprietário a favor de Luís, mediante contrato oneroso. Poderá fazê-lo? (0,5 valores)

- a) Sim, desde que obtenha autorização judicial prévia e específica para o efeito.
- b) Não, porque a medida de acompanhamento só se aplica à alienação de prédios.
- c) Não, porque só o acompanhado poderá dispor dos seus bens, ainda que com a assistência do acompanhante.
- d) Sim, sem quaisquer condições.

6. Martim e Rita, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, pretendem pedir, de mútuo acordo, a simples separação judicial de bens. Poderão fazê-lo junto de uma conservatória de registo civil? (0,5 valores)

- a) Não.
- b) Sim, sem qualquer condição.
- c) Sim, se não tiverem filhos menores.
- d) Sim, porque estão de mútuo acordo.

7. Qual a sanção disciplinar aplicável ao trabalhador com contrato de trabalho em funções públicas que dolosamente participe infração disciplinar supostamente cometida por outro trabalhador? (0,5 valores)

- a) Suspensão.
- b) Multa e cessação da comissão de serviço.
- c) Despedimento.
- d) Demissão.

8. A sentença que condena o devedor a pagar ao credor a quantia em dinheiro de 50 000 euros comprova a constituição de hipoteca judicial sobre quaisquer bens imóveis do obrigado? (0,5 valores)

- a) Sim, desde que transitada em julgado.
- b) Sim, mesmo que não haja transitado em julgado.
- c) Sim, porque o devedor é condenado à realização de uma prestação em dinheiro.
- d) Não, porque a hipoteca judicial só se constitui, como direito real, com o registo.

9. Miguel e Lurdes, ambos de nacionalidade portuguesa, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, separaram-se judicialmente de pessoas e bens por decisão transitada em julgado em 12 de outubro de 2022. Miguel veio a falecer no dia 1 janeiro de 2023, na Figueira da Foz, onde sempre viveu, sem descendentes, mas com ascendentes

(os pais) vivos. Não deixou testamento. Quem é chamado a título de herdeiro legítimo de Miguel? (0,5 valores)

- a) O cônjuge sobrevivente e os pais.
- b) Os pais.
- c) O cônjuge sobrevivente.
- d) O Estado.

10. O exercício de funções na carreira de conservador de registos e de oficial de registos é efetuado na modalidade de: (0,5 valores)

- a) Nomeação em comissão de serviço.
- b) Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo.
- c) Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
- d) Contrato de prestação de serviço.

11. Tomé, casado civilmente com Margarida, foi trabalhar para o Brasil em 1980. Em 2015, Margarida, sem notícias do marido há mais de vinte anos, obteve, junto do Tribunal de Vila Nova de Gaia, a declaração de morte presumida de Tomé. Em 2020, Margarida casou com Fernando. Tomé regressou a Portugal em 2022. *Quid juris?* (0,5 valores)

- a) O casamento contraído entre Margarida e Fernando é anulável por simulação.
- b) O casamento de Tomé e Margarida considera-se dissolvido por divórcio à data da declaração de morte presumida.
- c) O casamento de Tomé e Margarida considera-se dissolvido por efeito da declaração de morte presumida.
- d) O casamento entre Margarida e Fernando é anulável, a pedido de Tomé, por bigamia.

12. António, proprietário de um prédio rústico apto para cultura com área superior ao dobro da área da unidade de cultura fixada para a zona respetiva, pretende constituir usufruto sobre parcela desse prédio a favor João, mantendo a exploração agrícola na parcela sobrance, com área igual à fixada para a unidade de cultura, sendo que ambas as parcelas ficarão a confrontar a norte com a via pública. Poderá fazê-lo? (1 valor)

- a) Não. O direito de usufruto só pode ter por objeto a totalidade do prédio rústico.
- b) Não. A constituição de usufruto é nula, por importar o fracionamento de prédio rústico.
- c) Sim, desde que a parcela de terreno objeto do usufruto passe a constituir um prédio autónomo.
- d) Sim.

13. Ana Maria, de nacionalidade portuguesa, emigrou para Paris (França) em janeiro de 1990, e aí residiu até ao seu falecimento, em 17 de agosto de 2011. Ana Maria faleceu no estado de solteira, sem qualquer testamento ou disposição por morte, deixando, como acervo hereditário, um prédio rústico situado em Lamego (Portugal), de onde era natural, um apartamento em Paris, onde vivia e tinha o seu centro de vida, e um apartamento de férias em Nice (França). Qual a lei competente para regular a sucessão por morte de Ana Maria? (1valor)

- a) A lei competente é a lei francesa, por ser a lei do país da residência habitual da falecida no momento do óbito.
- b) A lei competente é a lei francesa, por ser a lei do país da situação da maior parte do acervo hereditário.
- c) A lei competente é a lei portuguesa, por ser a lei da nacionalidade da autora da sucessão.
- d) A lei competente para regular a sucessão é aquela que for referida pela norma de conflitos francesa.

SECÇÃO EM LÍNGUA INGLESA (1 valor)

14. In general, what is the annual period of leave, each calendar year, for workers of the public sector? (0,5 valores)

- a) The annual period of leave is 24 working days, plus two working days for every 10 years of service actually rendered.
- b) The annual period of leave is 22 working days, plus one working day for every 10 years of service actually rendered.
- c) The annual leave period is 22 working days, plus one working day for every 10 years of service actually rendered, as well as one working day for every 10 years of age from the age of 40.

d) The annual period of leave is 24 working days, plus two working days for every 10 years of service actually rendered and one working day for every 10 years of age from the age of 40.

15. In general, how many days can a worker be absent due to holiday period? (0,5 valores)

- a)** 3 days per month up to a maximum of 15 days per year.
- b)** 2 days per month up to a maximum of 13 days per year.
- c)** 2 days per month up to a maximum of 15 days per year.
- d)** 2 half-days per month up to a maximum of 13 per year.

PARTE II

DESENVOLVIMENTO (11 valores)

Suponha a seguinte situação e de acordo com a mesma responda fundamentadamente indicando sempre as disposições normativas pertinentes.

Sara e Daniel, solteiros, maiores, de nacionalidade portuguesa, residentes em Bruxelas (Bélgica) onde trabalham e têm o seu centro de vida desde 21 de março de 2018, pretendem contrair casamento civil em Portugal, projetando fixar a primeira residência habitual do casal no apartamento de Bruxelas, que arrendaram em comum e onde passaram a viver a partir de outubro de 2018. Sara e Daniel pretendem designar a lei portuguesa como lei aplicável ao seu regime matrimonial e adotar o regime português da comunhão geral de bens.

Sara tem um filho menor, que nasceu da união de facto que manteve com João quando ainda vivia em Portugal, e é proprietária de uma fração autónoma de edifício em propriedade horizontal situado em Coimbra que herdou dos seus pais, em outubro de 2015.

Para fazer face às despesas com obras de conservação da fração autónoma de que é titular, Sara obteve junto de Carlos, amigo de seus pais, um empréstimo no valor de 180 000 euros, a liquidar no prazo de 10 anos, em prestações mensais de 1 500 euros, constituindo a favor de

Carlos hipoteca voluntária daquela fração autónoma para garantia do aludido empréstimo. Na escritura pública de formalização da constituição de hipoteca voluntária, outorgada por Sara e Carlos, ficou acordado que, no caso de incumprimento de alguma das prestações, a fração autónoma ingressaria automaticamente na titularidade de Carlos.

Daniel, por seu turno, querendo libertar-se dos pesados encargos com a fração autónoma destinada à habitação em edifício em propriedade horizontal situado em Lisboa, de que era proprietário, decidiu vender essa fração autónoma ao vizinho, Luís, sendo que, no momento da venda, realizada por escritura pública de 2023/10/10, Daniel era devedor de prestações de condomínio vencidas no valor de 3 000 euros.

Daniel era também proprietário de dois prédios rústicos contíguos aptos para cultura, ambos situados na aldeia onde nasceu, em Lamego, cada um deles com área superior à unidade de cultura aplicável na respetiva zona e a confrontar a sul com caminho público, vendeu um desses prédios a José, que, cansado de viver em Lisboa, pretendia iniciar a atividade de exploração agrícola naquele prédio e, se a atividade se mostrasse rentável, adquirir depois alguns prédios contíguos e ampliar, assim, a exploração.

A venda foi realizada mediante escritura pública outorgada no dia 8 de agosto de 2018, porém, dois dias depois, apresentado o pedido de registo de aquisição do prédio a favor de José, verificou-se que, no dia 7 de agosto de 2018, tinha sido registada uma penhora do dito prédio rústico, na qual figurava como exequente Liliana, a quem Daniel devia a quantia de 20 000 euros.

Em janeiro de 2017, o mesmo Daniel havia constituído com Pedro e Rafael uma sociedade comercial plural por quotas, cuja gerência foi atribuída a todos os sócios, conforme cláusula aposta no contrato de sociedade, porém, a mudança para Bruxelas não lhe permitiu acompanhar a vida societária como gostaria, pelo que Daniel transmitiu a Luísa, sua mãe, a sua quota social, bem como o cargo de gerente, por preço igual ao valor nominal da quota, mediante documento particular assinado em 15 de setembro de 2023 por ambas as partes, com menção dos respetivos documentos de identificação, saindo, assim, da sociedade.

a) Supondo que a situação descrita se mantenha, poderão os nubentes escolher a lei aplicável ao seu regime matrimonial? **(1,5 valores)**

b) Supondo que os nubentes possam escolher a lei aplicável ao seu regime matrimonial e que a situação descrita se mantenha no momento da escolha, poderão designar a lei portuguesa? **(1 valor)**

c) Supondo que os nubentes possam escolher a lei aplicável ao seu regime matrimonial e optar pela lei portuguesa, poderão convencionar, como regime de bens do casamento, o regime português da comunhão geral? **(1 valor)**

d) Sara e João pretendem regular por mútuo acordo as responsabilidades parentais quanto ao filho menor de ambos. Como poderão fazê-lo? **(1 valor)**

e) Suponha que, no âmbito da regulação das responsabilidades parentais, ficou estipulado que o menor ficaria a residir habitualmente com João, a quem fica confiado o exercício das responsabilidades parentais, e que Sara entregaria mensalmente a quantia de 500 euros a título de pensão de alimentos. Com base no título de regulação destas responsabilidades parentais, poderá João pedir registo de hipoteca legal a seu favor, na qualidade de credor de alimentos, e a incidir sobre a fração autónoma de que Sara é titular? **(1, 5 valores)**

f) Supondo que, durante doze meses seguidos, Sara não entrega a Carlos nenhuma das prestações devidas, poderá Carlos arrogar-se titular da fração autónoma com fundamento na cláusula aposta no contrato de constituição da hipoteca voluntária e no incumprimento de Sara? **(1 valor)**

g) Considerando a compra e venda da fração autónoma realizada entre Daniel e Luís, indique, fundamentando a resposta, quem poderá ser o responsável pelas obrigações de condomínio vencidas à data do negócio jurídico? **(1 valor)**

h) Poderá a venda do prédio rústico feita por Daniel a José ser declarada nula, nos termos do art. 1379.º/1 do Código Civil, por implicar fracionamento rústico proibido? **(1 valor)**

i) A penhora do prédio rústico determina alguma consequência na validade ou na eficácia do contrato de compra e venda realizado entre Daniel e José? **(1 valor)**

j) Poderá Luísa arrogar-se a qualidade de gerente com base no contrato realizado com Daniel ou na aquisição da qualidade de sócia? **(1 valor)**